

montando com a confiança indispensável aos negócios e a atracção dos capitais, terminou mostrando que empregos ao governo attendem aos seus compromissos directos, antes de satisfazer a manutenção do commercio, ou melhor, das transacções commerciaes feitas em plena liberdade para satisfazer interesses individuais, nem sempre harmonicos com as necessidades do país e, muitas vezes sem uma reciprocidade aconselhavel para compensar sacrificios sem finalidades immediatas e portanto indicadores para epochas melhores. Logo depois tornou a palavra o Senhor Juiz de Direito Benedicto Olympio da Silveira, Chefe do Estado Maior do Exército. Disse sua Excelencia que infelizmente não tinha razões para aconselhar a promulgação de algumas providencias indispensaveis á Segurança Nacional. As facilidades desordenadas da condicção reinante, como a falta sobre o Uruguay e os tratados de commercio, tambem constituiriam motivos para precauções e para compensar o aumento da superficie de contacto. Lembrou-lhe tambem as difficuldades de transportes para o Sul e a insegurança do mar, mesmo para a navegação ora existente. Lembrou as vantagens economicas do desenvolvimento das rodovias e do melhoramento do tráfego da São Paulo - Rio grande. Essas vantagens haviam sido tomadas pelos nossos vizinhos e eram constantemente ampliadas, tambem convinha accentuar que estavam os serviços de recursos materiais bem superiores aos que conseguimos salvar e reunir depois das perturbacões que recentemente nos affligiram. Comprou um dever affirmando com franqueza, para salvaguarda de futuras perdas e habilidades, que haviamos atingido a um limite de recursos belicosos, insufficiente para a propria instrucção de paz. Enunciou que o Conselho Superior de Segurança Nacional ficasse orientado para conduzir a sua politica sem contar com as sanções que seriam cabiveis para um país de grande populacão e extensas fronteiras. Nessa occasião, o Ministro Dr. Justino Gama objectou sobre a conveniencia de desenvolver as industrias militares. Sobre este assumpto buscamos as diversas objecções tendentes a esclarecer até onde poderiam ir tais industrias e sobre a possibilidade de serem ellas compensadoras no momento actual. Por fim o Senhor Presidente deu permissões ao Secretario geral para dizer algumas palavras. Este felicitou ao Conselho Superior pelos interessantes debates com que se caracterizava aquella primeira Sessão. Tinham sido tocados assumptos de grande relevancia com verdadeiro calor, desde as considerações disciplinares do preito no espirito do Senhor Ministro da Viçosa até aos recursos e transportes de que tratou o Senhor General Chefe do Estado Maior do Exército. Pediu ao Conselho Superior e, no mesmo sentido, fez um apello ao Senhor Ministro da Viçosa, para marcar aquella reunião solenne com uma resolução, um acto de significacão defensiva e lembrava a continuacão de um ramal rodoviario, tirado da estrada Aguiadaviana - Bella Vista para Porto de Montalvão, obra de particular interesse para o novo commercio com a Republica vizinha naquella região e para uma assistencia militar mais activa em trechos da fronteira que dava a impressão de se estar desmobilizando. O pedido encontrou approvação immediata do Senhor Presidente da Republica, ficando ali deliberada considerar o ramal alludido entre as obras a serem custeadas pelo orçamento de mil novecentos e trinta e cinco. E como não houve mais assumptos para discussões urgentes, resolveu o Senhor Presidente levantar a sessão determinando que se lavasse esta acta a ser lida, approvada e assignada nas sessões seguintes. Em seguida de Brigada Paulista de Silva Pessoa a encerrar e assignarei com todos os membros do Conselho Superior de Segurança Nacional, si assim me for determinado.

Justino Tanguy
Vicente Rios
Marques do Recife.